

Todo poder corrompe

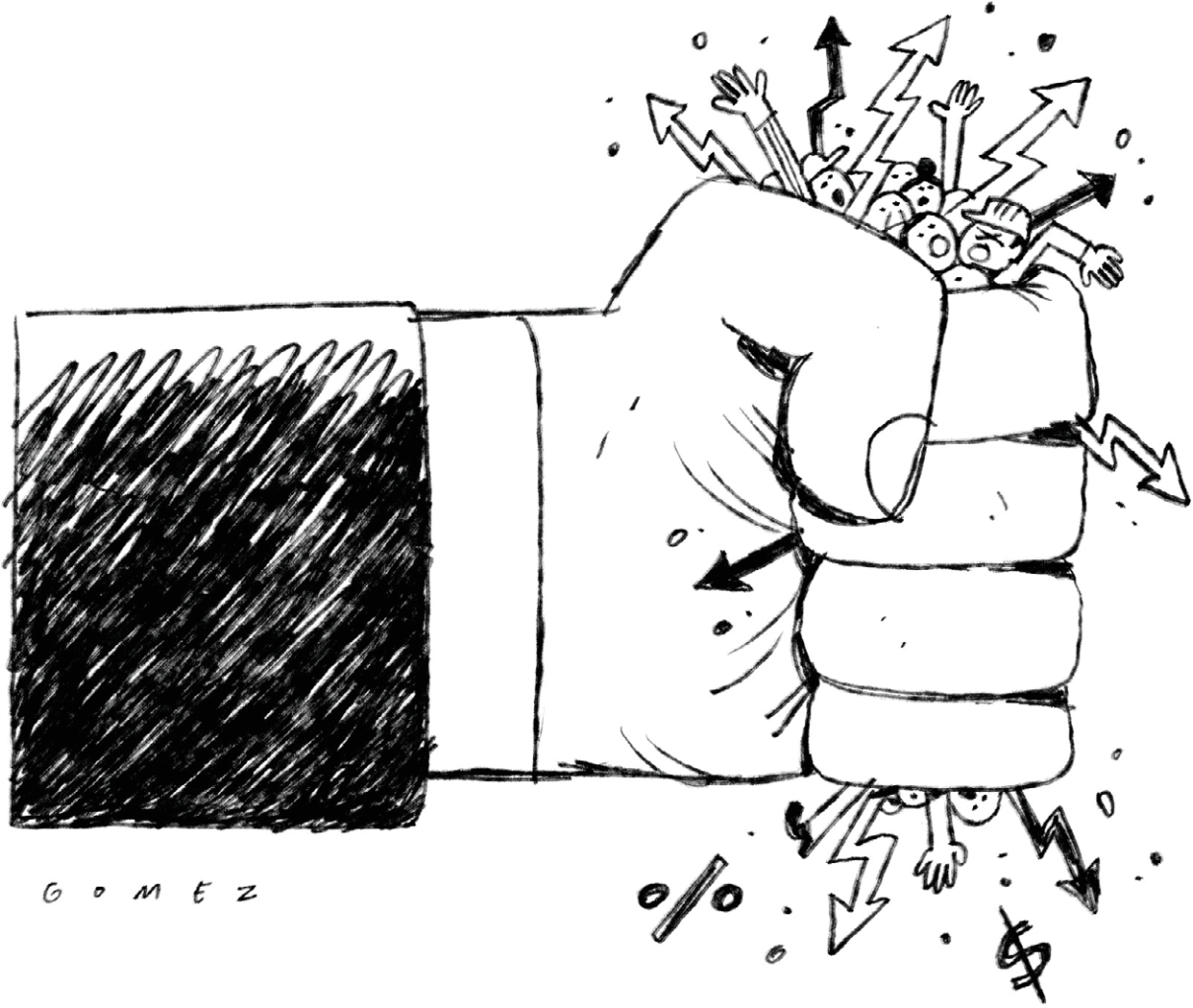


» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

N o ano passado, os norte-americanos colocaram no mercado internacional produtos agropecuários no valor de US\$ 171 bilhões. O Brasil, no mesmo período, exportou US\$ 169 bilhões. Pela primeira vez, em quase um século, os Estados Unidos estão ameaçados de perder a hegemonia no fornecimento de produtos da terra ao resto do mundo. Essa inversão de posições deve-se ao laborioso trabalho da Embrapa no Brasil e às sobretaxas impostas por Trump desde seu primeiro mandato. Ele taxou fortemente produtos chineses. Pequim retaliou. Taxou produtos norte-americanos e deixou de comprar no mercado dos Estados Unidos. Passou a realizar suas encomendas no Brasil.

Os fazendeiros do meio-oeste dos Estados Unidos estão inquietos. Reclamam de seu governo, sofrem com o desaparecimento dos principais fregueses e dos lucros que estão se transformando em prejuízo. Resta a Donald Trump perseguir o caminho único de sua obsessão: aumentar tarifas e interferir no comércio internacional. Os resultados não favorecem seus objetivos. Ele já enfiou bilhões de dólares no conflito com o Irã, que provocou elevação dos preços do petróleo em todo o mundo. E despertou a vocação belicista dos persas que começaram a bombardear as instalações norte-americanas em todo o Oriente Médio. As tropas do Tio Sam não mais são capazes de defender seus aliados. Prejuízo sobre prejuízo.

Caio Gomez



Há motivos político-eleitorais e econômicos para justificar a aplicação de tarifas sobre os produtos brasileiros. Os norte-americanos estão perdendo em segmentos da economia em que trabalhavam sem concorrência. O cenário mudou. O candidato Flávio Bolsonaro não entendeu o quadro que está à sua frente. Ele, a exemplo do pai, tenta colocar a urna eletrônica no centro do debate político. O mesmo erro cometido por Jair. Flávio é senador, eleito por intermédio do sistema brasileiro de votação eletrônica. Ele não contestou a própria eleição. Perde tempo. Não apresentou uma única linha de seu hipotético programa de governo, se existir. A economista Daniela Marques, candidata a ser o posto Ipiranga de um hipotético governo Flávio, passou pela maratona de conversas com representantes do setor financeiro em São Paulo.

Ela conhece os caminhos. Mas ouviu o que não queria. Seus interlocutores, com maior ou menor clareza, afirmaram que seu problema está no candidato. Ou seja, Flávio, que vai sendo colocado à margem por vários partidos. Teresa Cristina, senadora, convidada para ser candidata à vice-presidência, de maneira educada, pediu para esquecerem dela. Na outra ponta, José Sérgio Gabrielli, também percorreu os escritórios na Faria Lima para defender o governo atual. Apresentou argumentos em favor da maior participação de empresas estatais e do próprio governo na economia nacional. Foi um desastre.

O panorama eleitoral brasileiro é construído por contradições espantosas. O candidato de oposição, segundo as pesquisas, não tem chance de vencer no primeiro turno. Ele é fortemente rejeitado pela maioria e até pelo pessoal de centro-direita. Lula carrega também enorme rejeição. Contudo, no eventual segundo turno,

Lula aparece empatado com seus concorrentes, sempre segundo as pesquisas. Esse fenômeno aponta para outra direção: o antipetismo é muito forte no país. Quem conseguir chegar ao segundo tempo da eleição, terá chances de vencer o pleito.

A ideologia do governo Lula está estacionada em algum momento dos anos 70. Sua fórmula populista se esgotou. Ele elevou o endividamento do país e não solucionou problemas básicos de habitação, de educação e de infraestrutura. Há grande número de projetos burocráticos que sustentam o noticiário político, mas não chegam à mesa do brasileiro. O Brasil do século 21, com seus 158.745.463 eleitores, apresenta outros desafios. Ainda há um número expressivo de analfabetos no país. Ao mesmo tempo, a sociedade precisa de profissionais qualificados para enfrentar os caminhos do difícil comércio internacional.

Dois exemplos estão absurdamente nítidos. Brasileiros de quaisquer quadrantes deveriam olhar para o que está ocorrendo nas américas. Cuba, ícone do comunismo tropical, mudou radicalmente. Passou a admitir capital privado em todos os níveis de sua economia. O país quebrou, há cortes de energia que duram mais de 12 horas. A comida e o combustível estão escassos. Hospitais funcionam de maneira precária. A solução encontrada em Havana foi privatizar o possível.

Ao contrário, Daniel Ortega, na Nicarágua, decidiu por vontade própria cancelar as eleições em seu país “para evitar que a oposição tome o poder”. Extinguiu a democracia. Ele, velho comunista, tomou o poder de um ditador, Anastasio Somoza, em 1979, para livrar o país da ditadura. Mas reproduziu o que havia antes. Todo poder corrompe, o poder absoluto corrompe absolutamente.

As tecnologias e suas encruzilhadas



» MARGARETH DOS ANJOS SANTOS
Escritora, comunicóloga, doutora em artes, integra o Núcleo de Escritoras Pretas Maria Firmina dos Reis do Instituto de Letras da UnB

Escritoras negras de Brasília e um sonho: revolucionar a literatura brasileira. Surge então, em 2023, o Núcleo de Escritoras Pretas Maria Firmina dos Reis da Universidade de Brasília, NEPFIR-UnB, idealizado pelas professoras e escritoras Adelaide Paula e Norma Hamilton. Um ano depois, é lançada a primeira coletânea bilingue de autoras pretas do Brasil: *Desarquivado — escritos de mulheres pretas no Brasil*. O livro veicula textos em português e inglês.

As reuniões virtuais do núcleo, inicialmente motivadas pelo desejo de fortalecer a escrita de mulheres negras, logo se transformaram em territórios de partilha e criação. Eram encontros que atravessavam a noite e, não raramente, alcançavam a madrugada. Entre leituras, debates, memórias e risos, algumas vezes acompanhados por um bom vinho, tecia-se algo maior do que um novo projeto. Construíam-se ali um verdadeiro quilombo literário, sustentado principalmente pela palavra.

Em uma dessas reuniões remotas, surgiu a proposta de uma nova publicação, desta vez

tendo como eixo central a tecnologia. Contudo, não nos interessava reproduzir as concepções hegemônicas e coloniais que historicamente definiram o que pode ou não ser reconhecido como tecnologia. Queríamos deslocar o olhar, falar das tecnologias ancestrais. Aquelas forjadas no corpo, na oralidade, na espiritualidade, no cuidado, na arte e nas estratégias de sobrevivência. Tecnologias gestadas nas encruzilhadas da diáspora, nos terreiros, nos quintais que desaguavam nas universidades, nas escolas, nos laboratórios de pesquisa, nos reality shows, que, mesmo diante da violência colonial, seguiram criando mundos possíveis.

A proposta materializou-se por meio de um edital público para recebimento de textos. Cerca de 30 autoras encaminharam seus manuscritos, revelando potência criativa e intelectual. O resultado da seleção foi anunciado pelas integrantes do Conselho Editorial — Elisa Mattos, Hislla Ramalho, Margareth dos Anjos Santos e Norma Hamilton —, que escolheu 13 textos, entre crônicas, poemas e produções acadêmicas. *As tecnologias e suas encruzilhadas* nasce, portanto, para afirmar que há ciência, inovação e futuro nos nossos saberes. Se *Desarquivado* havia atravessado fronteiras, sonhávamos agora com uma obra verdadeiramente multilíngue. Surge, então, o que passamos a chamar de “vórtice babélico”.

Com uma ampla rede de colaboração, o livro chega ao público em sete idiomas: português, inglês, francês, espanhol, alemão, italiano

e iorubá, língua de matriz africana. Produzido por mãos pretas que residem em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Portugal, Itália e no Caribe, a obra reafirma a potência das redes negras transnacionais, unidas no propósito de derrubar muros, cruzar oceanos e abrir caminhos. Movidos pela força de Exu, senhor das encruzilhadas e da comunicação, seguimos firmando pontos e ampliando horizontes. Afinal, como nos profetizou Angela Davis: “Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.

Os textos são assinados e/ou traduzidos por Alessandra Corrêa Souza, Alessandra Nunes, Ana Flávia Magalhães, Ana Rossi, Ariani Teodoro, Cristina Guilherme, Dyhorrani Beira, Elisa Mattos, Flávia de Jesus Santos, Flávia Soares de Siqueira, Hallana da Costa, Hislla S. M. Ramalho, Janaína Nascimento, Jéssica Francisca Mota dos Santos, Jéssica Saraiva de Mello, Margareth dos Anjos Santos, Michelle Villaca Lino, Neide Rafael, Norma Diana Hamilton, Rodrigo Peniche, Suellen de Carvalho e Taiza Ramos de Souza Costa Ferreira.

As tecnologias e suas encruzilhadas, organizado por Hislla S. M. Ramalho e Margareth dos Anjos Santos, terá o primeiro grande evento de lançamento em 30 de julho, durante o XIV Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (Copene), na Universidade de Brasília. No dia 31 de julho, às 16h, a obra será celebrada novamente no Espaço Mário Gusmão, na Fundação Cultural Palmares, em Brasília.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Diplomacia, ideologia e o custo das palavras

Construída ao longo de décadas, a política externa de uma nação não pode ser confundida com a política doméstica nem subordinada às conveniências ideológicas de governos transitórios. Sua função primordial consiste em proteger interesses permanentes do Estado, preservar mercados, ampliar oportunidades econômicas e reduzir áreas de conflito capazes de comprometer o desenvolvimento nacional. Quando essa lógica é invertida, o custo costuma aparecer de forma silenciosa, porém concreta: diminuição da confiança internacional, retração de investimentos, perda de competitividade das exportações e desgaste das relações diplomáticas. Como observava o diplomata americano George F. Kennan, um dos formuladores da política externa dos Estados Unidos no século 20, “a diplomacia existe para administrar diferenças, não para ampliá-las”. A frase sintetiza um princípio que permanece atual: países não escolhem seus parceiros por afinidade ideológica, mas pela convergência de interesses.

Brasil e Estados Unidos constituem um exemplo eloquente dessa realidade. Há mais de 200 anos, os dois países mantêm uma das relações bilaterais mais relevantes do continente americano. Os Estados Unidos figuram entre os principais investidores estrangeiros no Brasil, enquanto milhares de empresas brasileiras mantêm vínculos comerciais diretos com o mercado norte-americano. Em 2024, o intercâmbio comercial entre os dois países ultrapassou US\$ 80 bilhões, consolidando os Estados Unidos como um dos maiores parceiros econômicos do Brasil. Além do comércio, a cooperação estende-se às áreas científica, universitária, tecnológica, energética, agrícola e de defesa, formando uma rede de interesses cuja importância transcende governos e ciclos eleitorais.

Nos últimos anos, entretanto, essa relação passou a conviver com um ambiente político mais tenso. Divergências em torno do comércio internacional, das plataformas digitais, das mudanças climáticas, dos organismos multilaterais e de diferentes conflitos internacionais ampliaram o distanciamento entre Brasília e Washington. O episódio mais sensível foi a adoção de novas tarifas sobre determinados produtos brasileiros, inseridas em uma política comercial mais ampla adotada pelos Estados Unidos em relação a diversos parceiros. Paralelamente, foram abertas investigações comerciais envolvendo alegações de práticas consideradas desleais pela legislação americana. Evidentemente, nenhuma decisão dessa natureza decorre de um único fator. Tarifas resultam de estratégias econômicas, disputas comerciais, pressões domésticas e cálculos geopolíticos. Ignorar, porém, a influência do ambiente político sobre essas decisões seria desconhecer o funcionamento da diplomacia contemporânea.

Ao longo do atual mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez sucessivas críticas públicas ao governo de Donald Trump e aproximou o Brasil de agências internacionais frequentemente recebidas com reservas pela atual administração norte-americana. Em resposta às medidas tarifárias, o governo brasileiro reafirmou a defesa da soberania nacional, contestou a legalidade das sanções e declarou disposição para negociar. A posição oficial dos Estados Unidos, por sua vez, fundamentou-se em argumentos relacionados a práticas comerciais, questões ambientais, comércio digital e procedimentos conduzidos pelo Escritório do Representante Comercial norte-americano. Independentemente da avaliação que se faça sobre os méritos de cada argumento, permanece válido um princípio elementar das relações internacionais: interesses nacionais dificilmente prosperam quando são subordinados ao acirramento político.

Como escreveu Henry Kissinger, “não existem amigos permanentes nem inimigos permanentes; existem interesses permanentes”. Embora a frase seja frequentemente associada a ele e tenha origem atribuída anteriormente a Lord Palmerston, ela permanece como uma das definições mais precisas da lógica que orienta a política internacional.

Nesse contexto, surgem críticas formuladas por setores da oposição, segundo os quais o governo brasileiro teria elevado desnecessariamente o tom político das divergências, reduzindo o espaço para negociações pragmáticas. O governo, em sentido oposto, sustenta que apenas respondeu de forma firme a medidas consideradas unilaterais e incompatíveis com o direito internacional. Trata-se de um debate legítimo em qualquer democracia. O que não deveria admitir controvérsia, entretanto, é a necessidade de preservar empregos, investimentos, mercados consumidores e oportunidades para empresas brasileiras. Cada aumento tarifário reduz competitividade, pressiona cadeias produtivas, dificulta exportações e amplia incertezas para trabalhadores e investidores. Em um cenário internacional marcado pelo avanço do protecionismo, a previsibilidade tornou-se um ativo econômico de enorme valor.

As grandes potências costumam combinar firmeza e confronto porque compreendem que declarações públicas produzem efeitos concretos sobre decisões de investimento, contratos internacionais e confiança dos mercados. Não por acaso, Rui Barbosa, patrono da diplomacia brasileira, advertia que “a pátria não é ninguém; são todos”. Em matéria de política externa, essa máxima recorda que governos passam, mas os custos e benefícios de suas decisões permanecem para toda a sociedade.

A frase que foi pronunciada:

“Política externa brasileira: só ventos do norte não movem moinhos”

Janina Onuki

História de Brasília

O dever de cidadão, participando do júri popular, obrigame-ia a deixar este espaço sem a coluna hoje. Mas, como estou na Casa da Justiça, neste momento, abro o espaço para citar um caso interessante, já que terão início, no fim do mês, as partidas de futebol pelo Campeonato Mundial. (Publicada em 25/5/1962)